



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA _____
VARA CÍVEL DA CAUCAIA – CEARÁ.**

**AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C PEDIDO DE TUTELA DE
URGÊNCIA LIMINAR COM PRECEITO COMINATÓRIO
(ALIMENTAÇÃO, MEDICAÇÃO, FRALDAS E INSUMOS)**

MARIA JOSE LIMA DE OLIVEIRA, brasileira, divorciada, aposentada, portadora de RG nº 2019198361-0 SSPCE, inscrita sob o nº CPF 112.787.733-04, residente na rua Edgar Vieira Guerra numero 1797, apart. 108, no bairro Parque Soledade, no município de Caucaia, CEP. 61.603-170, tel. (85) 99127-9832, sem portar de e-mail., sob o patrocínio da Defensoria Pública do Estado, por um de seus membros infrafirmado, constituído na forma do art. 128, XI, da Lei Complementar Federal nº 80/94, bem como arts. 185 e 186 do CPC, vem, perante V.Exa., propor a presente **AÇÃO DE OBRIGAÇÃO**



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

DE FAZER C/C PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA LIMINAR COM PRECEITO COMINATÓRIO em desfavor do **ESTADO DO CEARÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, **CNPJ 07.954.480/0001-79**, a ser citado na pessoa de seu representante legal, **PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ 06.622.070/0001-68**, **código 10526873**, Avenida Dr. José Martins Rodrigues numero 150, no bairro Edson Queiroz, no município de Fortaleza, CEP. 60.811-520 e tendo como órgão integrante de seu quadro administrativo a **SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ**, na pessoa de seu representante legal, localizada na Av. Almirante Barroso, nº 600, no bairro Praia de Iracema, CEP. 60.060-440, a ser citado na pessoa de seu representante legal, alicerçada nos fatos e fundamentos que passa a discorrer para, ao final, postular:

DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA E DA DISPENSA DE INSTRUMENTO DE PROCURAÇÃO.

Inicialmente, requer os benefícios da gratuidade da justiça na sua integralidade, com esteio no art. 4º da Lei 1.060/50 e nos incisos I a IX, do §1º do art. 98 do Código de Processo Civil, face sua insuficiência de recursos, não tendo a mínima condição de arcar com o pagamento das custas, despesas processuais e os honorários advocatícios, indicando a Defensoria Pública do Estado do Ceará para o patrocínio da causa.



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

Oportuno ressaltar que aos membros da Defensoria Pública é conferida a prerrogativa de praticar atos processuais independentemente de outorga de instrumento formal de procuração pelos hipossuficientes, conforme Lei Complementar Federal nº 80/1994 e Lei Complementar do Estado do Ceará nº 06/1997.

DA PRIORIDADE NA TRAMITAÇÃO DO FEITO. PARTE AUTORA IDOSA OU PORTADORA DE DOENÇA GRAVE.

A Autora é portadora de doença grave, fazendo jus a prioridade de tramitação do presente feito, conforme aduz o art. 1048, do Código de Processo Civil.

DA DISPENSA DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO/MEDIAÇÃO.

A Requerente dispensa, com fulcro no art. 319, inciso VII, do CPC, a realização da audiência de conciliação ou de mediação.

Requer, ainda, que as intimações para os demais atos processuais sejam feitas na pessoa da Parte, dada as peculiaridades das atribuições defensoriais, com fulcro no art. 186, §2º, do CPC.



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

DOS FATOS

MARIA JOSE LIMA DE OLIVEIRA é acompanhado pelo sistema público de saúde devido possuir diagnóstico de **ALZHEIMER AVANÇADO CID10 G30.9**.

Sendo o promovente devidamente assistido junto a rede pública de saúde com prescrição do tratamento por médicos, documentos em anexo.

Tendo sido negado junto ao município de Caucaia do custeio, documentos em anexo.

Sucedee, ainda, que o custeio da alimentação e insumos possui de valor exorbitante, bem além das condições financeiras do núcleo familiar da demandante possuindo os seguintes valores:

- Do fornecimento mensal de 180 (cento e oitenta) fraldas geriátricas tamanho XG por tempo indeterminado;
 - Do fornecimento mensal da quantidade de 38 (trinta e oito) litros de NOVASOURCE GC ou NUTRI ENTERAL SOYA ou ISOSOURCE SOYA por tempo indeterminado;
-



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

- Do fornecimento mensal de uma quantidade de 31 (trinta e uma) unidades de SERINGA 20ml sem AGULHA por tempo indeterminado;
- Do fornecimento mensal de uma quantidade de 31 (trinta e uma) unidades de EQUIPO para alimentação ENTERAL por tempo indeterminado;
- Do fornecimento mensal de uma quantidade de 31 (trinta e uma) unidades de FRASCOS (ENTEROFIX) 300ml por tempo indeterminado;

Ocorre, Excelência, que o custo da alimentação, fraldas, medicamentos e insumos é muito elevado, custando aproximadamente o valor mensal de **R\$ 1.653,65** e a Requerente usará por tempo indeterminado, totalizando por ano **R\$ 19.843,80.**

Sendo o promovente devidamente assistido junto a rede pública de saúde com prescrição do tratamento por médicos, documentos em anexo.

Destaca-se que o requerente não pode ficar sem o uso de tal medicamento, sendo, atualmente, o único meio eficaz de controlar a sua doença, **tornando-se imprescindível para o seu convívio em sociedade e para manutenção da sua vida.**



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Pela gravidade e não respeito ao tratamento, há indicação de iniciar de imediato esse tratamento.

Havendo de indicação médica quanto da necessidade urgente do fornecimento da medicação abaixo relacionada.

A apresentação do **MEMANTINA 10mg, CLORIDRATO DE MEMANTINA**, com tratamento mensal de 30 (trinta) comprimidos mensais, por período indeterminado.

A apresentação do **ZOLPIDEM 10mg, HEMITARTARATO DE ZOLPIDEM**, com tratamento mensal de 30 (trinta) comprimidos mensais, por período indeterminado.

A apresentação do **HALOPERIDAL 5mg** com tratamento mensal de 60 (sessenta) comprimidos mensais, por período indeterminado.

Registro ANVISA nº 1256802640153 - Cloridrato de memantina

1 - MEDICAMENTOS

Registro

1256802640153

Produto

Cloridrato de memantina

Classe Terapêutica

OUTROS PRODUTOS QUE ATUAM SOBRE O SISTEMA NERVOSO

Autorização

1025685

Processo

25351.442810/2012-11



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Validade/Situação

01/05/2028

Publicado

deferimento

» conforme visto em 22/11/2022
[» consultar diretamente na anvisa](#)

Registro ANVISA nº 103700573 - hemitartarato de zolpidem

1 - MEDICAMENTOS

Registro

103700573

Produto

hemitartarato de zolpidem

Classe Terapêutica

HIPNOTICOS

Autorização

1003707

Processo

25351.601528/2009-17

Validade/Situação

01/01/2027

Publicado

deferimento

» conforme visto em 23/11/2022
[» consultar diretamente na anvisa](#)

Registro ANVISA nº 103870061 - haloperidol

Área

1 - MEDICAMENTOS

Registro

103870061

Produto

haloperidol

Classe Terapêutica

NEUROLEPTICOS

Autorização



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

1003877

Processo

25351.626088/2007-10

Validade/Situação

01/11/2028

Publicado

deferimento

» conforme visto em 23/11/2022
[» consultar diretamente na anvisa](#)

Diante de tal situação, a parte autora necessita receber a medicação acima descrita por toda a vida, pelo fato de essa medicação ser a única capaz de amenizar os sintomas com os quais o requerente convive, para que este possa, pois, continuar seguindo os tratamentos que lhe são indicados.

Vale salientar que a medicação acima descrita tem custo elevado para a autora.

Sendo a autora de paciente portadora de ALZHEIMER AVANÇADO, necessitando de medicação.

Ressalte-se por fim que o requerente preenche dos requisitos estabelecidos para concessão do pleito senão vejamos;

A promovente é pessoa carente, necessitando de tratamento urgente para grave enfermidade;



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

O Medicamento possui de Registro na ANVISA,
documento em anexo;

Indicação médica, atestado em anexo;

Medicamento adequado ao tratamento;

Assim, percebe-se que o valor para se comprar essa medicação foge, totalmente, das possibilidades de pagamento pela autora que, por ter condições econômicas insuficientes e ainda arcar com o custo de outros medicamentos de uso contínuo, não pode arcar com o custeio do medicamento sem prejudicar o próprio sustento.

Destaca-se que o requerente não pode ficar sem o uso de tal medicação, haja vista que este é, atualmente, o único meio eficaz de controlar e de amenizar a doença, SOB RISCO DE PROGRESSÃO DA DOENÇA e AGITAÇÃO PSICOMOTORA.

Assim, vislumbra-se o grave quadro de saúde do requerente, que não vem recebendo o adequado tratamento para o combate efetivo à doença, motivo pelo qual se faz imperiosa a determinação judicial para que seja concedido o medicamento ora solicitado.

Todavia, o Poder Público, negligenciando a seriedade da situação da autora, não tomou até a presente data qualquer



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

medida eficaz para combater os males de saúde enfrentados por ele.

Vale salientar que as fraldas constituem meio eficaz de mantê-lo saudável, buscando melhorar seu convívio social, devendo-se levar em consideração seu quadro de saúde delicado, sendo assim, imperiosa a determinação judicial para que seja concedido o que está sendo solicitado.

Diante do exposto, é a presente para requerer à V. Exa. que imponha ao réu OBRIGAÇÃO DE FAZER, consistente no fornecimento das fraldas sob pena de pagamento de multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por dia de descumprimento, em razão do disposto nos arts. 536 c/c 537, CPC.

DO DIREITO

Proteger a saúde do indivíduo é determinar a efetivação ao texto constitucional que garante a inviolabilidade do direito à vida previsto no artigo 5º da CF/88. Desta forma, dispõe o art. 196 da Constituição Federal que **a saúde é direito de todos e dever do Estado.**

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Ressalte-se, ainda, os artigos 245 e 248, III, da Constituição do Estado do Ceará, a seguir transcritos *in verbis*:

Art. 245. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à eliminação de doenças e outros agravos e ao acesso universal e igualitário às suas ações e serviços.

Art. 248. Compete ao **sistema único estadual de saúde**, além de outras atribuições:

III - **prestar serviços de saúde**, de vigilância sanitária e epidemiológica, e outros necessários ao alcance dos objetivos dos sistemas, em coordenação com os sistemas municipais.

Pelas redações dos textos constitucionais federal e estadual cearense acima transcrito, não é admissível que os Entes federados se omitam da responsabilidade de garantidores do direito à saúde, já que o próprio legislador constituinte os colocou nesta condição.

Assim, a promoção, proteção e recuperação da saúde pública ocorrem por meio de políticas públicas que determinam as condições necessárias para salvaguardar todos os tratamentos necessários à manutenção da saúde do cidadão,



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

colocando à sua disposição ações e serviços de saúde, o acesso universal e o atendimento integral às pessoas necessitadas.

Com efeito, a própria Lei Federal nº 8.080/90 (Lei Orgânica da Saúde), que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, estruturando o Serviço Único de Saúde, dispõe em seu artigo 2º, §1º, que:

Art. 2º. A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.

§ 1º. O dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem **acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação.**

No que tange especificamente ao pleito autoral, consistente e dia m alimentação, a Lei nº 11.346/2006, que criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN, determina:

Art. 2º. A **alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização**



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população.

Além disso, o Ministério da Saúde aprovou a Política Nacional de Alimentação e Nutrição determinando que Órgãos da Saúde promovam a elaboração ou a readequação de seus planos, programas, projetos, através da portaria nº 710 de 10 de junho de 1999, senão vejamos:

O Ministro de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições, e considerando a necessidade do setor Saúde dispor de uma política decisiva quanto à alimentação e nutrição;

Considerando a conclusão do processo de elaboração da referida política, que envolveu consultas a diferentes segmentos direta e indiretamente envolvidos com o tema; e

Considerando a aprovação da proposta da política mencionada pela Comissão Intergestores Tripartite e pelo Conselho Nacional de Saúde, resolve:

Art. 1º Aprovar a Política Nacional de Alimentação e Nutrição, cuja íntegra consta do anexo desta Portaria e dela é parte integrante.

Art. 2º Determinar que os órgãos e entidades do Ministério da Saúde, cujas ações se relacionem com o tema objeto da Política ora aprovada, promovam a elaboração ou a readequação de seus planos, programas,



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

projetos e atividades na conformidade das diretrizes e responsabilidades nela estabelecidas.

Art. 3 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O que aqui se pleiteia, Excelência, encontra guarida nos tribunais, inclusive em recente decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, vejamos:

REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. **FORNECIMENTO GRATUITO DE CADEIRA DE RODAS ADAPTADA.** DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE E À VIDA. DEVER DO MUNICÍPIO. INAPLICABILIDADE DA RESERVA DO POSSÍVEL. 1. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios são solidariamente responsáveis pela saúde pública. Deste modo, qualquer ente federativo é responsável pela saúde em medidas de promoção, prevenção e recuperação, sendo, portanto, descabida a distinção entre a competência do Município e Estado para a promoção da saúde, podendo ser exigida o medicamento de qualquer um dos entes. 2. O artigo 196, da Constituição Federal vigente, constata o direito à saúde, sendo este um dever do Estado proteger, por meio de políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. Assim, existindo eminente perigo à saúde e até mesmo à vida dos cidadãos, deve o Estado zelar com sua inteira guarda. 4. Na hipótese, a promotora/apelada é portadora de "paralisia cerebral", e que exige o uso da cadeira de rodas adaptada, conforme atestado médico anexado aos autos. Assim, sobressai im-



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

periosa a confirmação da sentença nesse ponto, não sendo dado ao Município promovido esquivar-se do mister de assistir os desamparados, relegando-os à doença ou mesmo à morte.5. Reexame necessário e recurso de apelação conhecido e improvidos. Sentença confirmada. **ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Desembargadores integrantes da Sétima Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, à unanimidade, em conhecer do reexame necessário e do recurso de apelação, para NEGAR-LHES PROVIMENTO, mantendo inalterada a sentença vergastada, tudo nos termos do voto do desembargador relator. (TJCE Número do Processo: 0054499-56.2014.8.06.0112; Relator(a): FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE; Co-marca: Juazeiro do Norte; Órgão julgador: 7ª Câmara Cível; Data do julgamento: 08/03/2016; Data de registro: 08/03/2016).**

REEXAME NECESSÁRIO - AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER - CONSTITUCIONAL - DIREITO À SAÚDE - POLINEUROPATIA ALCOÓLICA - Fornecimento de medicamentos, alimentação enteral, fraldas geriátricas, cama hospitalar, **cadeira de rodas.** Garantia de respeito ao direito fundamental à vida. 1- O art. 196 da constituição federal é norma de eficácia imediata, independentemente de qualquer normatização infraconstitucional para legitimar o respeito ao direito subjetivo material à saúde, nele compreendido o fornecimento de medicamentos ou insumos. 2- A pretensão ao fornecimento de remédio ou de insumos, bem como à realização de determinado exame necessários ao tratamento da saúde pode ser dirigida à união, ao estado ou município, porque a indisponibilidade do direito à saúde já foi reconhecida pelo colendo superior



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

tribunal de justiça (RESP 662.033/RS).reexame efetivado. Sentença integralizada. (TJCE - RN 0145881-41.2015.8.06.0001 - Rel. Jucid Peixoto do Amaral - DJe 04.07.2016 - p. 78)

APELAÇÃO CÍVEL - REEXAME NECESSÁRIO - FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO A PACIENTE HIPOSSUFICIENTE - DIETA INDUSTRIALIZADA -

Diabetes *mellitus* (53 LITROS/MÊS), bem como frasco de dieta enteral enterifix (180 UNIDADES/MÊS), equipo para dieta enteral macrogotas (180 UNIDADES/MÊS) e seringa descartáveis 20ml (30 UNIDADES/MÊS); Bem como fraldas, uma cadeira de rodas, cama hospitalar (COM COLCHÃO DE ÁGUA), material para curativos e sessões com fisioterapeuta e fonoaudiólogo - Ilegitimidade passiva do município afastada. Responsabilidade solidária da união, estado e município. Princípios da indisponibilidade do interesse público e da reserva do possível. Não aplicabilidade. Princípio da independência dos poderes respeitado. Judicialização da política. Dano moral, não cabimento. Apelo e reexame conhecidos e não providos. 1- O artigo 196 da Constituição Federal estabelece o direito fundamental à saúde como direito de todos e dever do estado, aqui compreendido em sentido amplo, de forma a abranger quaisquer dos entes federativos (UNIÃO, ESTADO, DISTRITO FEDERAL OU MUNICÍPIOS), o dever de assegurar às pessoas desprovidas de recursos o acesso à medicação necessária para a cura de suas mazelas, em especial, as mais graves. 2- Invocar o princípio da reserva do possível não exime, por si, a obrigatoriedade do estado em atender as necessidades públicas, especialmente estas que se relacionem com direitos sociais prestacionais, como sabido por todos; 3. A jurisprudência dos tribunais é



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

firme no sentido de que as doutrinas de resistência à justiciabilidade dos direitos sociais da afronta ao princípio da separação dos poderes, inexistência de previsão orçamentária e reserva do possível não têm lugar quando em pauta direito fundamental que se relaciona intimamente com o princípio da dignidade da pessoa humana e insere-se no padrão hermenêutico do mínimo existencial, como o direito à saúde, salvo situação excepcional que deverá ser analisada no caso concreto. 4- Paciente carente de recursos indispensáveis à aquisição dos medicamentos de que necessita. Obrigação do estado em sentido amplo fornecê-los. Precedentes STJ e STF. 5- A notória precariedade do sistema público de saúde não deve ser entendida como ensejadora de dano moral, salvo indicação específica, razão por que o dano imaterial, na espécie, não se configura. 6- Recursos conhecidos e não providos. Sentença integralizada. (TJCE - Ap 0885433-06.2014.8.06.0001 - Rel. Jucid Peixoto do Amaral - DJe 03.08.2016 - p. 58)

Percebe-se que garantir a saúde do cidadão, proporcionando todos os meios necessários à manutenção da vida, além de um dever dos Entes Federados expressamente previsto na Constituição Federal, também representa uma maneira de proporcionar a todos o respeito à dignidade da vida humana, efetivando um dos principais fundamentos do Estado Democrático do Direito, conforme reza o artigo 1º, III, da Constituição Federal.



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

Diante dos fatos acima anunciados e do relatório acostado, percebe-se que a parte autora necessita urgentemente de prestação jurisdicional em razão de seu estado de saúde fragilizado.

**DO MÍNIMO EXISTENCIAL E A PREVALÊNCIA DA DIGNIDADE DA PESSOA
HUMANA**

O mínimo existencial consiste no conjunto de bens e utilidades indispensáveis a uma existência humana digna. Dessa forma, o mesmo possui dependência inegável do grau de desenvolvimento econômico de cada país, do avanço da cooperação internacional entre os Estados e dos laços de solidariedade social para garantia do mais fundamental dos direitos: a vida.

Utilizando-se de uma visão social, percebe-se a existência dos direitos econômicos e sociais e, por reflexo, a reserva do possível, ou seja, dos desígnios da lei instituidora das políticas públicas, da reserva da lei orçamentária e do empenho da despesa por parte da Administração Pública.

Cumprido destacar ainda que, apesar do princípio da reserva do possível não prevalecer sobre o direito fundamental ao mínimo existencial, não se pode fazer a



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

conclusão de que não deve ser observado o princípio da reserva do orçamento. Ou seja, os gestores públicos ao receberem uma determinação judicial devem dar cumprimento integral, entretanto, devem também, observar os limites previstos no orçamento público, para que não haja prejuízos e nem tenha que responder futuramente junto ao Tribunal de Contas. **No entanto, negar o mínimo existencial é negar o próprio direito à vida, pressuposto lógico do exercício de qualquer outro direito fundamental.**

Assim, a reserva do possível só pode ser invocada pelo Estado se houver um motivo justificável objetivamente aferível, confrontando-se a razoabilidade da pretensão com a disponibilidade orçamentária.

Neste sentido, a fim de corroborar com o alegado, cita-se trecho de julgado do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará:

REEXAME NECESSÁRIO - FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO ENTERAL ESPECIAL - DIREITO À SAÚDE - DEVER DO PODER PÚBLICO - RESERVA DO POSSÍVEL - DIREITO AO MÍNIMO EXISTENCIAL - OBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DA SEPARAÇÃO DOS PODERES E IGUALDADE - REEXAME NECESSÁRIO CONHECIDO E DESPROVIDO - SENTENÇA MANTIDA - 1- Argui o Estado do Ceará a preliminar de ilegitimidade passiva *ad causam*, sob fundamento de ser responsabilidade do Município de Fortaleza fornecer tratamento nutricional e prestar serviços de atenção básica à saúde. A bem da



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

verdade, é assente na jurisprudência do STF, do STJ e desta Augusta Casa, que o funcionamento do Sistema Único de Saúde - SUS é de responsabilidade solidária dos Entes Federados, de maneira que, qualquer dessas entidades têm legitimidade *ad causam* para figurar no pólo passivo de demanda que objetive a garantia do acesso à medicação para pessoas desprovidas de recursos financeiros, razão pela qual afasto aludida preliminar; **2- No mérito, sabe-se que, o direito à saúde, como consectário natural do direito à vida, tem assento constitucional e detém absoluta prioridade, consoante dispõe o art. 196, ostentando categoria de direito fundamental, garantido a todas as pessoas, conforme estabelece o art. 6º da Magna Carta, representando consequência constitucional da dignidade da pessoa humana, um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, art. 1º, III, da CF** ; 3- Na espécie, o autor, que tem 80 anos de idade, é portador em fase avançada de CAQUEXIA CID-J 189, tipo de desnutrição aguda que leva ao emagrecimento repentino, perda de massa muscular, fraqueza, cansaço, causada por alguma infecção, intoxicação ou doença degenerativa, necessitando de dieta enteral através de sonda por tempo indeterminado, não havendo atualmente outra forma melhor de se alimentar. Precisa da seguinte alimentação enteral: NUTRISON ENERGY (45 litros/mês), bem como de materiais essenciais, a saber, ENTEROFIX (180 unidades/mês), EQUIPOS (180 unidades/mês) e SERINGA de 20ml (60 unidades/mês), não tendo condições financeiras de arcar com referido tratamento, razão pela qual o Estado do Ceará deverá disponibilizá-lo; 4- No tocante ao requesto indenizatório imaterial, a presente



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

demanda é pautada em omissão/ineficiência do Poder Público, motivo pelo qual a questão deve ser decidida sob o prisma da responsabilidade subjetiva, que exige, para que decorra a obrigação de indenizar, a comprovação, de forma concorrente, da má atuação ou omissão do Estado, e da culpa. No caso, tem-se ausente a omissão dolosa ou culposa por parte do Poder Público, porque a mera frustração de uma expectativa, ainda que legítima, desacompanhada de outros elementos que demonstrem a excepcional situação de dor e constrangimento do autor, não enseja reparação por dano moral; 5- Reexame conhecido e desprovido Sentença mantida. (TJCE - RN 0891938-13.2014.8.06.0001 - Rel^a Maria Iraneide Moura Silva - DJe 03.03.2016 - p. 28)

Nesse caso, tem-se por imprescindível que o Poder Judiciário atue visando à efetivação do direito fundamental à saúde, em razão de sê-lo uma prerrogativa jurídica indisponível assegurada para todas as pessoas pela Carta Magna como bem jurídico constitucionalmente tutelado, estritamente ligado à noção de dignidade da pessoa, por cuja integralidade deve-se velar, não cabendo ao réu negar ou se omitir perante os pedidos de assistência à saúde da parte autora.

DA POSSIBILIDADE DO SEQUESTRO DE VERBAS PÚBLICAS

Interessante destacar que os arts. 297 (que trata da tutela provisória) e 536 (que trata do cumprimento de



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

sentença em obrigação de fazer) do Código de Processo Civil preconizam que o juiz poderá adotar as medidas que considere adequadas ou necessárias para a efetivação da tutela específica.

Em caso envolvendo a preservação da saúde humana - no caso, fornecimento de medicamentos -, o Superior Tribunal de Justiça vem entendendo cabível o bloqueio de valores em contas públicas, vejamos:

ADMINISTRATIVO - DIREITO À SAÚDE - AÇÃO JUDICIAL PARA O FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS - ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA JURISDICIONAL CONTRA A FAZENDA PÚBLICA - POSSIBILIDADE - PRESSUPOSTOS DO ART. 273 DO CPC - SÚMULA 7/STJ - RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS ENTES FEDERATIVOS PELO FUNCIONAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM DA UNIÃO - 1- **É possível a concessão de antecipação dos efeitos da tutela contra a Fazenda Pública para obrigá-la a fornecer medicamento a cidadão que não consegue ter acesso, com dignidade, a tratamento que lhe assegure o direito à vida, podendo, inclusive, ser fixada multa cominatória para tal fim, ou até mesmo proceder-se a bloqueio de verbas públicas.** Precedentes. 2- A apreciação dos requisitos de que trata o art. 273 do Código de Processo Civil para a concessão da tutela antecipada enseja o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, o que é vedado pela Súmula 7/STJ. 3- O funcionamento do Sistema Único de Saúde é de responsabilidade solidária



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

da União, dos Estados e dos Municípios, de modo que qualquer um desses entes tem legitimidade ad causam para figurar no polo passivo de demanda que objetiva a garantia do acesso a medicamentos para tratamento de problema de saúde. Precedentes. 4- Agravo regimental não provido. (STJ - AgRg-REsp 1.291.883 - (2011/0188115-1) - 2ª T. - Rel. Min. Castro Meira - DJe 01.07.2013 - p. 1483)

O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará já determinou o bloqueio das verbas públicas para a garantia do direito fundamental à saúde:

ADMINISTRATIVO - CONSTITUCIONAL - DIREITO À SAÚDE - AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU SEGUIMENTO À RECURSO DO MUNICÍPIO DE PACAJUS E RECONHECEU A POSSIBILIDADE DO BLOQUEIO DE VERBAS PÚBLICAS PARA GARANTIR O DIREITO À PERCEPÇÃO DE LEITE ESPECIAL POR CRIANÇA PORTADORA DE ALERGIA ALIMENTAR - ART. 461, § 5º DO CPC - AGRAVO REGIMENTAL CONHECIDO E IMPROVIDO - DECISÃO MONOCRÁTICA MANTIDA - 1- Agravo Regimental interposto em face de decisão monocrática que manteve a decisão interlocutória que determinou o bloqueio mensal do valor de R\$ 513,24, nas contas bancárias do Município de Pacajus e a transferência deste valor para a conta bancária de titularidade da representante do menor, a fim de garantir o fornecimento de leite especial de que necessita, em razão do descumprimento por parte do ente estatal de decisão judicial nesse sentido. 2- A negativa de fornecimento de um medicamento de uso imprescindível ou, no caso, de leite especial



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

a criança pequena, cuja ausência gera grave risco à saúde, é ato que, per si, viola a Constituição Federal, pois vida e a saúde são bens jurídicos constitucionalmente tutelados em primeiro plano. 3- O bloqueio de conta bancária da Fazenda Pública encontra respaldo no art. 461, §5º, do CPC, que não se trata de norma taxativa, mas exemplificativa, autorizando o juiz, de ofício ou a requerimento da parte, a determinar as medidas assecuratórias para o cumprimento da tutela específica. 4- Agravo Regimental improvido. Decisão monocrática mantida. (TJCE - AG 0078855-34.2012.8.06.0000/50000 - Rel. Raimundo Nonato Silva Santos - DJe 23.08.2013 - p. 50).

Além disso, o Superior Tribunal de Justiça também já determinou o bloqueio de verbas da própria AGU no caso de descumprimento, pois o ÓRGÃO que representa a União não induziu o Ministério da Saúde a cumprir o julgado ou pelo menos indicou outro meio de alcançar esse resultado, senão vejamos:

PEDIDO DE SUSPENSÃO DE LIMINAR. BLOQUEIO DE VALORES. CONTINUIDADE DE TRATAMENTO DE SAÚDE. INEXISTÊNCIA DE GRAVE LESÃO AOS INTERESSES TUTELADOS PELA LEI Nº 8.437, DE 1992. Não há jurisdição sem efetividade (o Judiciário é inútil acaso não tiver força para fazer cumprir suas decisões). Se a Advocacia-Geral da União, que é a interface da Administração Pública com o Poder Judiciário, não tem meios para fazer cumprir um acórdão proferido por tribunal



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

regional federal, nem propõe uma alternativa de solução (v.g., indicando uma conta do Tesouro Nacional com recursos disponíveis), deve ela responder com o seu orçamento pelo desvio de conduta da entidade que representa em Juízo. Agravo regimental não provido. (STJ - AgRg na SUSPENSÃO DE LIMINAR E DE SENTENÇA Nº 1.570 - RS 2012/0090654-0 RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ)

Incumbe ainda examinar que não há que se confundir multa diária com o sequestro de contas públicas, pois enquanto no primeiro caso é meio de coerção indireta onde se busca a tutela específica; no segundo há meio executivo por sub-rogação. Neste último caso, o Judiciário obtém diretamente a satisfação total ou parcial da obrigação, independentemente da vontade do obrigado.

Destarte, *in casu*, surge a necessidade do sequestro de contas públicas, como medida de emergência, com o escopo de garantir imediatamente a alimentação especial e os necessários insumos para manter a saúde e vida da parte autora, bem como a imprescindibilidade das *astreintes*, como forma de impulsionar o Estado a prestar continuamente o que está sendo pedido.

DA CONCESSÃO DA TUTELA DE URGÊNCIA DE FORMA LIMINAR



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

Diante da situação ora exposta, no caso da ausência imediata de um provimento, ante o evidente percurso temporal suficiente até o deslinde do processo, corre o risco de ser inócua a prestação jurisdicional ao final deferida, uma vez que o autor não poderá suportar por muito tempo a ausência do tratamento adequado, segundo se infere do laudo médico anexo.

O art. 300 do CPC dispõe que:

Art. 300, CPC. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

O artigo em comento traz dois requisitos que devem ser cumulativamente observados, quais sejam: 1) probabilidade do direito, consistente no forte indício da razoabilidade do direito invocado; e 2) perigo de dano, consistente no perigo da demora na prestação jurisdicional, segundo o qual o adiamento da concessão da tutela até o momento da sentença é capaz de gerar danos de natureza irreparável à parte.

Quanto à probabilidade do direito, sabe-se que é reconhecido o direito à saúde como direito fundamental e indisponível do ser humano, devendo ser assegurado com absoluta prioridade pelo Poder Público.



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

Dessa forma, por toda a argumentação já utilizada, no caso em apreço, existe a probabilidade do direito, a justificar o pleito da parte autora, através de laudos e requerimentos médicos, e o receio de dano irreparável ou de difícil reparação em face do atual estado de saúde fragilizado.

Outrossim, no que tange à exigência constante no §1º do art. 300 do CPC, registre-se que o(a) Postulante é hipossuficiente, não podendo arcar com a caução respectiva, pelo que, desde já, requer seja a mesma dispensada.

Só resta, então, à parte autora socorrer ao Poder Judiciário para solucionar essa delicada lide.

DOS PEDIDOS

Diante do exposto e com base na legislação vigente, requer, de V. Ex^a:

a) A CONCESSÃO dos benefícios da assistência judiciária gratuita, preceituados no art.5º, LXXIV, da Carta Magna, na Lei nº 1.060/50 e no artigo 98 do Código de Processo Civil, por serem a parte autora pobre, na acepção jurídica do termo, não reunindo condições de arcar com os encargos decorrentes do processo, sem prejuízo de seu sustento e de sua família;



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

b) A CONCESSÃO da prioridade na tramitação, com fulcro no art. 1048, do Código de Processo Civil;

c) A CONCESSÃO da tutela de urgência liminar, fundada no art. 300 do Código de Processo Civil, determinando que os demandados forneçam a tutela específica da obrigação de fazer, consubstanciada na determinação ao requerido para que ponha a disposição do requerente;

- Do fornecimento mensal de 180 (cento e oitenta) fraldas geriátricas tamanho XG por tempo indeterminado;
 - Do fornecimento mensal da quantidade de 38 (trinta e oito) litros de NOVASOURCE GC ou NUTRI ENTERAL SOYA ou ISOSOURCE SOYA por tempo indeterminado;
 - Do fornecimento mensal da quantidade de 31 (trinta e uma) unidades de SERINGA 20ml sem AGULHA por tempo indeterminado;
 - Do fornecimento mensal da quantidade de 31 (trinta e uma) unidades de EQUIPO para alimentação ENTERAL por tempo indeterminado;
-



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

- Do fornecimento mensal da quantidade de 30 (trinta) comprimidos de CLORIDRATO DE MEMANTINA 10mg por tempo indeterminado;
- Do fornecimento mensal da quantidade de 30 (trinta) comprimidos de ZOLPIDEM 10mg por tempo indeterminado;
- Do fornecimento mensal da quantidade de 60 (sessenta) comprimidos de HEMITARTARATO DE HALOPERIDAL 5mg por tempo indeterminado;
- Do fornecimento mensal da quantidade de 31 (trinta e uma) unidades de FRASCOS (ENTEROFIX) 300ml por tempo indeterminado;

PARA MARIA JOSE LIMA DE OLIVEIRA, IMEDIATAMENTE, conforme se pode precisar do atestado médico em anexo, até ulterior deliberação, tudo sob pena de pagamento de multa pessoal no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) na pessoa do Secretário de Saúde do Estado do Ceará por dia de descumprimento, tudo conforme prescrição médica, citando-se e intimando-se o requerido, inclusive sob pena de desobediência, inclusive o bloqueio de verbas, conforme SUSPENSÃO DE LIMINAR E DE SENTENÇA Nº 1.570 - RS 2012/0090654-0 do STJ;



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

d) A CITAÇÃO dos Réus, após concedida a tutela de urgência liminar para, querendo, no prazo legal, contestarem a presente ação, sob pena de serem reputados como verdadeiros os fatos aqui relatados;

e) O JULGAMENTO TOTALMENTE PROCEDENTE do pedido, tornando definitiva a tutela de urgência concedida, condenando o demandado em FORNECER

- Do fornecimento mensal de 180 (cento e oitenta) fraldas geriátricas tamanho XG por tempo indeterminado;
 - Do fornecimento mensal da quantidade de 38 (trinta e oito) litros de NOVASOURCE GC ou NUTRI ENTERAL SOYA ou ISOSOURCE SOYA por tempo indeterminado;
 - Do fornecimento mensal da quantidade de 31 (trinta e uma) unidades de SERINGA 20ml sem AGULHA por tempo indeterminado;
 - Do fornecimento mensal da quantidade de 31 (trinta e uma) unidades de EQUIPO para alimentação ENTERAL por tempo indeterminado;
-



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

- Do fornecimento mensal da quantidade de 31 (trinta e uma) unidades de FRASCOS (ENTEROFIX) 300ml por tempo indeterminado;
- Do fornecimento mensal da quantidade de 30 (trinta) comprimidos de CLORIDRATO DE MEMANTINA 10mg por tempo indeterminado;
- Do fornecimento mensal da quantidade de 30 (trinta) comprimidos de ZOLPIDEM 10mg por tempo indeterminado;
- Do fornecimento mensal da quantidade de 60 (sessenta) comprimidos de HEMITARTARATO DE HALOPERIDAL 5mg por tempo indeterminado;

, PARA MARIA JOSE LIMA DE OLIVEIRA, IMEDIATAMENTE, sob pena de pagamento de "astreintes", no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por dia de descumprimento, tudo conforme prescrição médica;

f) A CONDENAÇÃO do demandado ao pagamento de verbas das custas processuais e honorários advocatícios em favor do Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública do Estado do Ceará - FAADEP;



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

Protesta e desde logo requer todos os meios de prova em direito admitidas;

A parte Autora, em virtude da urgência em ver tutelado o seu direito e da extrema importância em ver prontamente resolvido o litígio, desde já manifesta seu desinteresse na realização da audiência de conciliação.

Seja a parte Autora intimada pessoalmente para a prática de todos os atos processuais, com fulcro no artigo 186, 2º do CPC;

Dá-se à causa o valor de **R\$ 19.843,80.**

Nestes termos,

Pede deferimento.

Caucaia, 23 de novembro de 2022.

Fernando Regis Freitas de Carvalho

Defensor Público Estadual
